

BASES MILITARES: um entendimento na perspectiva dos grandes empreendimentos

MILITARY BASES: an study in a perspective of a large project

BASES MILITARES: uno entendimiento en la perspectiva de los grandes proyectos

Vinicius Modolo Teixeira

Mestrando em Geografia – Universidade Federal de Uberlândia
Av. Ana Godoy de Souza, 155, apto 102. Santa Mônica.
Uberlândia-MG. CEP 38408-290
E-mail: falecomovinas@gmail.com

Resumo

Este trabalho tem como objetivo a aproximação do estudo das Bases Militares com o estudo dos efeitos de implantação de Grandes Empreendimentos. O estudo se baseia na avaliação preliminar do impacto gerado pela construção/desativação de Bases Militares, e as influências no seu entorno, causando modificações de ordem social, econômica, espacial e de segurança, tais quais outros Grandes Empreendimentos. Baseado em dados fornecidos pelo Exército, Aeronáutica, agências de pesquisa e notícias de canais de informação, esse trabalho busca apontamentos iniciais a essa nova perspectiva para os estudos de defesa e dos efeitos de implantação de suas unidades militares no território brasileiro.

Palavras Chave: Bases Militares, Grandes Empreendimentos, Exército, Aeronáutica.

Abstract

This paper aims to approach the study of military bases to the study of the effects of Large Projects deployments. The study is based on preliminary assessment of the impact caused by construction / decommissioning of military bases, and the influences around them, causing changes in social, economic, space and security, such that other Large Projects. Based on data provided by the Army, Air Force, research agencies and news channel, this article is the initial notes about this new perspective for defense studies an the effects of deployment of military units in the Brazilian territory.

Key Words: Military Bases, Large Projects, Army, Air Force.

Resumen

Este trabajo pretende abordar el estudio de las bases militares para el estudio de los efectos de la implementación de grandes empresas. El estudio se basa en la evaluación preliminar del impacto causado por la construcción / desmantelamiento de bases militares, y las influencias a su alrededor, provocando cambios en la vida social, en el espacio, en el económico y en la seguridad, de tal manera que otros proyectos grandes. Con base en datos proporcionados por el Ejército, Fuerza Aérea, organismos de

investigación y la información de los canales de noticias, este artículo señala inicialmente las perspectivas para los estudios de defensa y los efectos de la implantación de unidades militares en el territorio.

Palabras Clave: Bases militares, Grandes Proyectos, Ejército, Fuerza Aérea.

Introdução

Assim como uma usina hidrelétrica, uma usina de cana-de-açúcar ou a implantação de um grande projeto em sítio urbano – indústrias, shoppings centers, empreendimentos imobiliários – todos eles compreendidos como Grandes Empreendimentos, a Base Militar mantém similaridades na sua implantação, ocupando grandes porções de espaço urbano e rural, promovendo deslocamentos humanos, gerando impactos ambientais e possuindo componente econômico associado à sua implantação e manutenção, o que a caracteriza como passível de estudos sobre a ótica de um Grande Empreendimento. Além dos fatores já conhecidos e estudados nos outros casos, as bases militares têm peculiaridades intrínsecas ao seu uso, como por exemplo, fatores de risco associado à atividade militar, abrindo um novo horizonte para o estudo de impactos gerados por grandes empreendimentos. A caracterização de bases militares como um grande empreendimento visa oferecer aos pesquisadores desse tema uma nova abordagem, ampliando o universo das pesquisas nessa temática.

A despeito do entendimento conceitual geralmente aplicado aos grandes empreendimentos, que seguem a lógica estrita do capital, objetivando o lucro para a sua implantação, a instalação e manutenção de bases militares, a princípio, não atende esse pré-requisito conceitual para sua definição como tal. Entretanto, a lógica capitalista pode ser associada indiretamente a sua instalação, tendo uma conexão mais profunda com o capital, já que forças militares serviram como amálgama desse sistema, ao se ligarem ao capitalismo no período de formação dos estados, o nacionalismo, a defesa territorial e, por conseguinte, a manutenção de mercados.

Este trabalho é assim um exercício de aproximação de estudos do que tem sido chamado genericamente no meio acadêmico de Grandes Empreendimentos, com o estudo da presença militar no Brasil e a modernização da área de Defesa, fator que recentemente tem ganhado notoriedade na imprensa e em centros de pesquisa. Dessa

forma, buscamos identificar pontos em comum, principalmente com relação aos impactos gerados por sua implantação e desativação.

Bases Militares e Grandes Empreendimentos: primeiras aproximações

Os exércitos são parte fundamental da composição dos Estados nacionais desde sua formação. Através deles estiveram assegurados os interesses da nobreza e burguesia, assim como a manutenção da estabilidade interna, as conquistas de outros Estados e a defesa contra ataques destes. Para tanto, foi necessário a profissionalização desses homens em armas, transformando antigos servos em soldados em tempo integral, criando uma estrutura hierarquizada, financiada pelos impostos cobrados da sociedade. A composição das altas patentes esteve durante longo período associada aos homens de origem nobre, ocupando as posições de comando atrás das linhas de frente, estas ocupadas pelos mais humildes e “dispensáveis”.

O exército moderno, com sua organização e armas, têm origens no século XVI, concomitante a revolução comercial, sendo o monopólio do uso da força um de seus derivados. Entretanto, a configuração tal qual apreendemos hoje, só se estabelece na passagem do século XIX para o século XX, quando as conquistas tecnológicas se fazem presentes de forma decisiva nos exércitos, marcadamente nos meios de comunicação, mecanização e novas armas, estabelecendo assim, um novo padrão que será exortado ao longo do século XX.

Exércitos sempre estiveram vinculados ao domínio territorial. Para tanto, a construção de fortalezas se tornou o símbolo de dominação e o modo de assegurar a posição e controle de determinada parcela de espaço. No Brasil, a política de dominação portuguesa foi marcada pela utilização de fortificações em locais estratégicos, como desembocaduras de rios, pontos de passagem e portos naturais, se mostrando altamente eficaz em sua estratégia de expansão. A partir dessas posições fortificadas floresceram inúmeros povoados, como é o caso da Região Sul do Brasil, que congrega forte relação com os ciclos de guerras entre portugueses e espanhóis, demonstrando de longa data o impacto gerado pelas guarnições militares.

Atualmente o sistema internacional ainda carece das características por muitos apontadas como de “união entre os povos” e estabilidade entre as nações, e sim, mais

parecidos com as dinâmicas do final do século XIX, como se as nações ainda concorressem e disputassem territórios militarmente, em uma situação da “geopolítica das nações”. Esse cenário é apontado pelos teóricos das Relações Internacionais como anárquico, já que não há poder superior, ou governança global, que se faça prevalecer sobre os interesses diversos das mais de duzentas nações. Atualmente vivemos um período de grande incerteza para as relações internacionais, onde autores como Immanuel Wallerstein (2012), apontam que essa situação tende a continuar muito mais num sentido do chamado “Espírito de Davos”, com um mundo competitivo e desigual entre os países, do que no sentido de um mundo pautado pelo “Espírito de Porto Alegre”, mais justo e igualitário.

Ao entendermos o mundo como ainda suscetível a ameaças e jogos de poder que sempre permearam as relações entre estados, confiamos na necessidade do fortalecimento militar como necessário para sobrevivência nesse sistema. As recentes demonstrações de ingerência a soberania de Estados por meios militares, demonstra a falência de teorias liberais que defendiam o esvaziamento de poder unilateral dos países subdesenvolvidos, sobre a premissa de pacificação mundial e redução de gastos desnecessários com esses efetivos. Nesse sentido são re-validadas análises geopolíticas de manutenção de forças militares para a defesa nacional. Dessa forma, a manutenção de Bases Militares e, também, a transferência e criação de novas unidades têm sido justificadas pela continuidade de enfrentamento de forças armadas no contexto atual.

Com relação aos Grandes Empreendimentos, sua concepção conceitual é bem mais recente, com seus estudos datando da segunda metade do século XX. No Brasil, esses estudos têm relação direta com os maciços investimentos em infra-estrutura que despontaram no país a partir dos anos 1950 (BORTOLETO, 2001). Apesar de compreender uma série de objetos de pesquisa como sendo Grandes Empreendimentos, a maior parte desses estudos, se concentrou principalmente na análise dos efeitos de implantação de hidroelétricas:

Como em todo grande empreendimento, a instalação de usinas hidrelétricas de grande porte gera efeitos que ultrapassam os limites de sua abrangência, atingindo e alterando estruturas até então existentes. No entanto, no caso dos empreendimentos ligados aos grandes projetos, os impactos gerados são “explicados” por meio do discurso, como forma de se levar o desenvolvimento às regiões de locação. (BORTOLETO, 2001, p.52)

Nesse sentido, buscamos com esse trabalho apreender as Bases Militares como passíveis de análise sob a ótica de um Grande Empreendimento. Para tanto, cabe-nos o exercício intelectual de aproximação dessa abordagem com as unidades militares do Exército Brasileiro, entendendo-as como tão influentes no espaço como outros grandes projetos. Recorrendo à Vainer e Araújo (1992) que tratam os Grandes Empreendimentos como sendo Grandes Projetos de Investimento (GPI), ligados a uma lógica onde o lucro é objetivo final para sua execução. Para esses autores o conceito de um Grande Projeto de Investimento:

[...] procura caracterizar projetos que mobilizam em grande intensidade elementos como capital, força de trabalho, recursos naturais, energia e território (...) São empreendimentos que consolidam o processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos territoriais, sob lógica estritamente econômica, respondendo a decisão e definição configuradas em espaços relacionais exógenos aos das populações/regiões das proximidades dos empreendimentos (VAINER, C; ARAÚJO, F., 1992, p.29;34;).

A uma primeira vista, uma Base Militar parece não atender a todos os preceitos aludidos pelos autores a um Grande Empreendimento. Entretanto, uma análise um pouco mais detalhada sobre a dinâmica de uma Base Militar pode nos aproximar conceitualmente das características abordadas. Tendo como características do Grande Empreendimento a utilização massiva de capital, força de trabalho, recursos naturais, energia e território, podemos associar de imediato o capital, força de trabalho e o território como pertencentes ao universo das Bases Militares.

A força de trabalho empregado nas Bases Militar, o militar de carreira ou conscrito, presta serviço à força armada sendo treinado para executar missões no âmbito da defesa nacional e serviços à comunidade. O militar, apesar de receber salário, não cumpre um serviço no qual o objetivo final é o lucro, não gera renda ao seu empregador – no caso o Estado nacional – e não age no beneficiamento de qualquer produto. Em si, o militar é uma despesa para país, já que o mesmo é responsável pela segurança deste e sua defesa contra ataques de outros Estados. Porém ao exercer esse papel de securidade, o militar se associa indiretamente ao sistema capitalista, dando garantias para execução das atividades aí desenvolvidas e também no combate a forças contrárias a ele. Porém, esse militar tem despesas, e com o rendimento recebido ele exerce seu papel no sistema

capitalista como consumidor, movimentando o fluxo financeiro da localidade onde está estabelecido.

As Bases Militares, Além disso, se encontram em grande parte isoladas das dinâmicas produtivas, carecendo de toda sorte de viveres, que em parte são fornecidos pelo comércio local e regional. O mesmo ocorre com a prestação de serviços, já que as Forças Armadas do Brasil tem adotado políticas de cunho liberalizantes, transferindo para o setor civil tarefas antes exercidas por elas, principalmente na gestão e manutenção de seus equipamentos.

Já o território é um dos símbolos que justificam a existência do militar e de suas Bases, e também um dos alicerces do Estado Nação. O território é o item mais representativo de seu espólio. Um Estado geralmente organiza suas bases militares de forma a proteger esse bem, posicionando suas forças militares onde entende sofrer uma fragilidade estratégica.

As necessidades para a instalação de algumas bases usualmente é de grandes áreas, que em geral se localizam próximos a centros urbanos ou então já tendo sido incorporadas dentro de seus limites. O espaço preenchido por essas Bases muitas vezes cria obstáculos ao crescimento da cidade, levando mesmo a uma indução no crescimento espacial da malha urbana para outros setores ou então sofrendo o processo de “fagocitose” pelo meio urbano.

Com relação aos recursos naturais e a energia, ambos poderiam se encaixar como derivados do aspecto territorial e econômico. Bases Militares não geram energia, tão pouco, exploram recursos minerais. Porém, grandes complexos geradores de energia elétrica e suas fontes combustíveis têm cunho estratégico para um país, estando associados a toda sua cadeia produtiva, e por isso necessitam de proteção, podendo uma Base Militar estar associado diretamente à sua construção. Como exemplo, citamos a presença do exército em Tucuruí - PA, cidade onde se localiza importante hidroelétrica e que abriga uma das duas unidades de cavalaria do exército na região norte, o 23ºEsquadrão de Cavalaria de Selva.

Os recursos naturais exercem uma pressão ainda maior no aspecto estratégico de um país, no qual alguns se enquadram como combustíveis ou possuem alto valor agregado, tanto para sua preservação quanto para a exploração. Minas de urânio, reservas de petróleo, fontes de água doce e áreas de floresta tropical representam uma

pequena parte da gama de recursos que poderiam se encaixar como estratégicos a um país e como frutos de cobiça externa, carecendo assim de proteção.

No período mais recente, entretanto, as Bases Militares tiveram um papel mais econômico do que realmente de defesa. É o que defende Mendonça Filho e Almeida (2006), que associam a instalação de Bases Militares no estado de Goiás ao avanço da fronteira agrícola pelo Centro-Oeste e Norte, no período do Estado Novo e da “Marcha para o Oeste”. Para esses autores o posicionamento dos quartéis em Goiás está diretamente ligado ao fortalecimento econômico regional com o avanço da frente pioneira e crescimento dessas cidades.

O aumento da concentração populacional e a nova dinâmica espacial ligada ao avanço das Frentes Pioneiras provocaram o aumento dos efetivos do Exército, principalmente depois de 1930. A incorporação dos cerrados pela “revolução verde”, em especial após o fechamento da fronteira econômica e o avanço da fronteira agrícola, se traduziu em um novo contexto geopolítico nacional. (MENDONÇA FILHO, M.; ALMEIDA, M., 2006 p.33)

Apoiados em Vesentine (1996), os autores afirmam que os quartéis de Cristalina, Ipameri, Jataí, Goiânia e Formosa têm papel estratégico, estando posicionados nas principais estradas que levam a Brasília, controlando as vias de acesso à capital federal. Além disso, podemos associar a criação dessas unidades militares como pontos de sustentação para dinâmica territorial desse período, fortalecendo a dinâmica regional a partir da fixação de pessoal e assegurando fluxo financeiro para essas localidades.

As Bases Militares através dos salários dos militares e dos serviços por elas requeridos exercem papel fundamental na modernização do território, provendo a sustentação da economia local, segurança à cidade onde se instala, e a garantia de fluxo financeiro constante, o que assegura um movimento mínimo do mercado local. Dessa forma, concordamos com Vainer e Araujo (1992) já que:

[...] pode-se dizer que através dos GPIs o centro hegemônico – política e econômica – se apropria de determinados espaços para submetê-lo a sua lógica, a suas necessidades, a seu padrão de desenvolvimento, a sua forma de exercício do poder e, sobretudo, a seu modo típico de repartição dos frutos do desenvolvimento. (VAINER, C; ARAÚJO, F., 1992, p.38;).

Dessa maneira entendemos como possível a abordagem das Bases Militares a partir dos conceitos empregados para a compreensão dos Grandes Empreendimentos,

estando muito próximas desses estudos e congregando também novas especificidades para aqueles que querem ampliar essa temática.

As Bases Militares no Brasil – Defesa nacional e manutenção da economia local

O Brasil é considerado um país pacífico, sendo que na América do Sul seu último embate foi a Guerra do Paraguai, findada em 1870. Formalmente o país não se envolve em conflitos desde sua participação como aliado na Segunda Guerra Mundial, em 1945, e desde então apenas tem composto missões de paz sob o âmbito da Organização das Nações Unidas, a partir de uma ótica pautada pela resolução diplomática e pacífica dos conflitos. Entretanto, o país mantém o maior contingente de Forças Armadas do Hemisfério Sul, com quase 335 mil homens (RESDAL, 2008), distribuídos entre Marinha, Exército e Aeronáutica.

Todo esse efetivo se localiza em Organizações Militares – Como o Exército Brasileiro chama suas Bases Militares – em cidades e localidades espalhadas pelo Brasil, sendo que os principais efetivos do exército são apontados no mapa da figura 1.

Segundo a figura apresentada, fica patente a concentração de Organizações Militares na Região Sul, que está sob responsabilidade do Comando Militar do Sul (CMS). Segundo o site Defesanet (2011), especializado em assuntos militares, o Comando Militar do Sul tem sob sua responsabilidade cerca de 50 mil militares, o que corresponde a 25% do efetivo total do Exército Brasileiro, sendo que grande parte se concentra no estado do Rio Grande do Sul.

O Vale do Paraíba é outra área onde pode ser apontada uma concentração de Bases Militares. Na região entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro está localizado a área *core* do aparelho tecnológico das Forças Armadas, no que Becker (1994) chamou de “projeto geopolítico para a modernidade”. Institutos de pesquisa como o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), Escola de Especialista da Aeronáutica (EEAR), Centro de Tecnologia do Exército (CTEx) e Instituto Militar de Engenharia (IME) estão associados à empresas como Embraer, Avibras e Mectron, importantes desenvolvedores de tecnologia militar e formadores de pessoal altamente especializado.

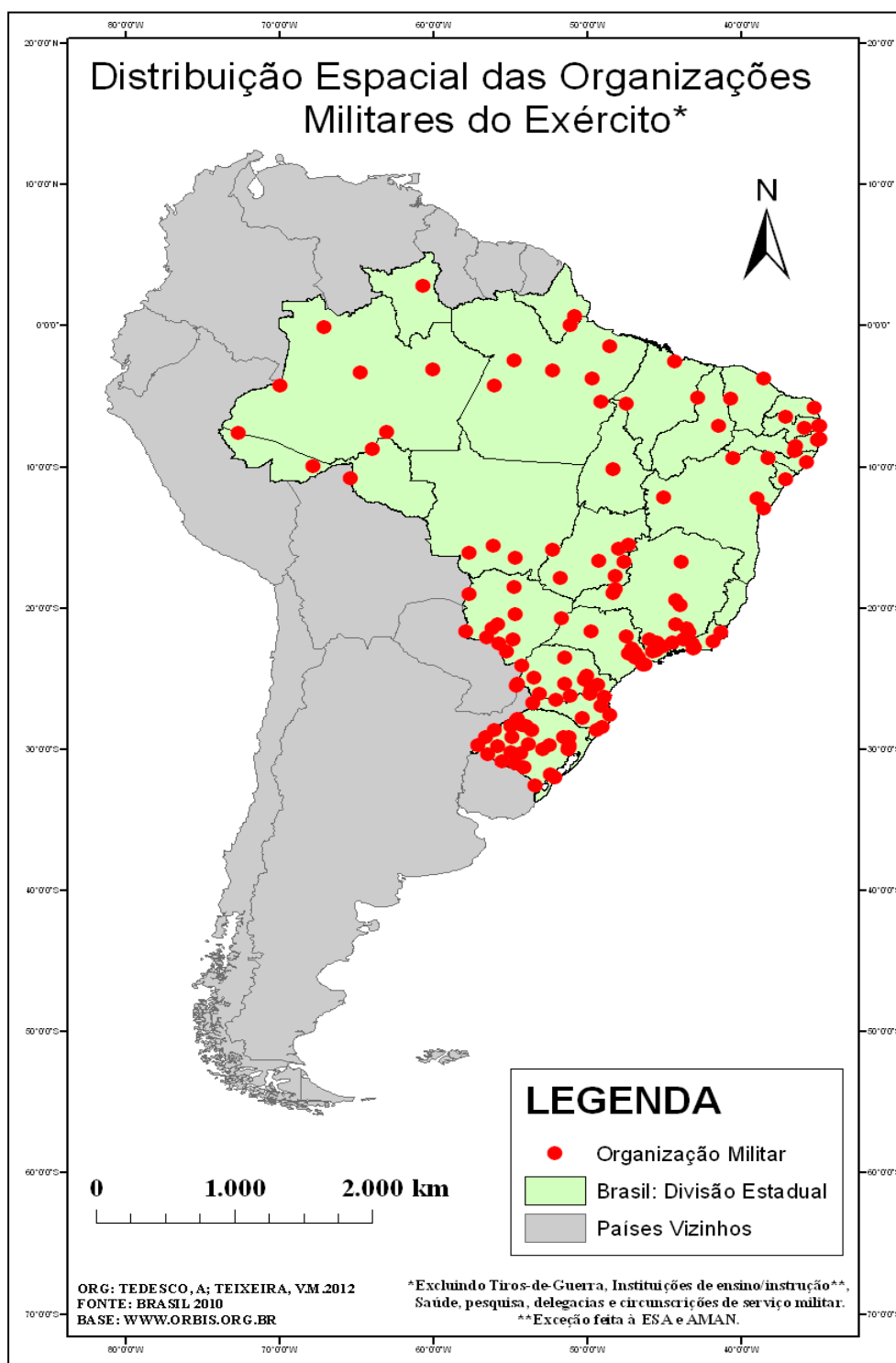


Figura 1 – Mapa de distribuição espacial das Organizações Militares do Exército.

No Rio de Janeiro está a sede do pensamento militar e estratégico, parte fundamental do centro de tomada de decisões sobre as Forças Armadas. Apesar do poder constituinte se localizar em Brasília, a “capital da geopolítica” segundo Vesentine

(1996), a estrutura militar de comando das Forças Armadas tem suas principais instituições na antiga capital federal, sendo elas a Escola Superior de Guerra (ESG), Escola de Comando do Estado Maior do Exército (ECEME), Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica (ECEMAR) e Escola de Guerra Naval (EGN). A esses centros de comando e os de pesquisa somam-se uma série de Bases Militares responsáveis pela defesa desse núcleo técnico-científico, formando assim uma cadeia de Bases entre São Paulo e Rio de Janeiro.

Historicamente, porém, foi no Rio Grande do Sul que se desenrolaram intensas disputas durante todo o período da colonização entre a Coroa Espanhola e a Portuguesa. Estando muito além dos limites originais estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas, o território do Rio Grande do Sul foi colonizado por portugueses que chegavam principalmente pelo interior do continente em movimentos conhecidos como descidas, já que o acesso pelo mar é bastante limitado, não havendo portos nessa costa. Esse avanço territorial teve como atrativo entre o do final do século XVII e início do XVIII a captura de índios e do gado bovino, levando à fixação de colonos que tinham também por missão a defesa do território conquistado.

Frente ao avanço português se encontravam as localidades espanholas e suas tropas, que não só resistiam ao avanço como combatiam e buscavam recuperar o território perdido. Esse movimento de expansão e retração das posses portuguesas na Região Sul alcançou até os princípios do século XIX, quando os últimos tratados de demarcação foram assinados, já bem próximo à independência dos Estados sul-americanos.

Essas disputas, como muitas outras na América do Sul, acabaram sendo incorporadas no imaginário e cultura dos novos Estados, propiciando um passado a que se remeter na nova “nação”, porém muito ligado ao território, como ocorre com outros países de passado colonial como afirma Moraes (2000).

No período posterior a independência do Brasil, o Sul do país e principalmente o Rio Grande do Sul foram visualizados como a área de maior fragilidade estratégica, dada a pequena dimensão relativa do território, as querelas fronteiriças e as guerras travadas com os vizinhos, como a Guerra da Cisplatina e a Guerra do Paraguai. A Argentina, o outro vizinho na região, se estabeleceu como o principal contendor do

Brasil na América do Sul e para onde nossas atenções sempre estiveram voltadas, sendo esse o principal motivo para a militarização nessa região do país.

A contínua preocupação com a defesa dessa parte do Brasil se estendeu até o início da década de 1980, quando as hipóteses de conflito foram finalmente desfeitas e celebrados acordos de cooperação técnica e econômica que resultaram na formação do Bloco Econômico do Sul, o MERCOSUL. Entretanto após quase dois séculos voltados para a defesa do nacional e dissuasão da Argentina, essas Bases Militares já estão incorporadas não só à paisagem sulina, como à economia desses estados.

Além de contar com um quarto dos homens concentrados nessa região, atualmente o exército concentra também grande parcela de suas principais unidades, dotadas com os mais importantes equipamentos disponíveis no Exército, contando com 90% dos blindados, 100% da Artilharia Autopropulsada, 75% da Artilharia, 75% da Engenharia e 75% da Cavalaria Mecanizada dos meios da Força Terrestre (DEFESANET, 2011). Essa concentração de equipamentos acaba atraindo empresas especializadas na sua manutenção, através de contratos terceirizados com o Exército, os quais têm se tornados comuns desde a última década.

Santa Maria – RS: uma cidade moldada por militares

Em meio à grande concentração militar experimentada pela Região Sul a cidade de Santa Maria, localizada no centro do Rio Grande do Sul, se destaca como uma das mais importantes para o Exército e Aeronáutica no país.

Santa Maria acompanha o histórico de lutas no cenário sulino, tendo surgida no fim do século XVIII a partir de uma comissão demarcadora de limites. A cidade hoje com cerca de 260 mil habitantes segundo o IBGE, tem importantes unidades militares do Exército e Força Aérea, que aproximam seu contingente de 10 mil militares, além do pessoal da reserva que permanece na cidade. Com esses números, a cidade é hoje a segunda em número de efetivo militar no Brasil, ficando atrás apenas do Rio de Janeiro, a antiga capital federal e que ainda mantém inúmeras Bases Militares.

Santa Maria pode ser considerada como a “Cidade dos Blindados”, já que abriga as mais importantes unidades equipadas com tanques de guerra no país, o 1º Regimento de Carros de Combate (1º RCC) e o Centro de Instrução de Blindados (CIBLD). Essas

duas unidades foram criadas inicialmente na cidade do Rio de Janeiro, e transferidas para Santa Maria no ano de 2004, após a implementação do Plano Básico de Estruturação do Exército, que acabou concentrando na região sul as principais unidades de blindados do país. Apesar de não haver mais tensões com a Argentina, o Rio Grande do Sul continua a receber importantes unidades militares e que segundo Higuchi (2009, p.82), “o motivo para isso é a grande extensão de fronteira seca, com topografia predominante favorável à utilização desses meios”. Entretanto o fator geográfico não pode ser considerado simplesmente como o fator preponderante para essa concentração, já que acreditamos que ainda existam imperativos geopolíticos envolvidos nas relações entre Brasil e Argentina, onde mesmo estando envolvidos em processos de integração regional, ainda permanecem desconexos os processos de cooperação em defesa, podendo assim resultar em entraves para o avanço da integração sul-americana.

Além dessas unidades Santa Maria conta ainda com o 29º Batalhão de Infantaria Blindado, o 3º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado, o 6º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, a 6ª Bateria de Artilharia Anti-Aérea e mais quinze Organizações Militares de comando ou subordinadas a essas, as quais dão apoio a unidades de toda a região, demonstrando a importância de Santa Maria para os quadros do Exército no Rio Grande do Sul.

A Aeronáutica também mantém uma de suas mais importantes Bases Aéreas na cidade, sendo uma das únicas a contar com aeronaves de caça de alto desempenho, e que somada a Base Aérea de Canoas (BACO), tornam o Rio Grande do Sul o único estado do Brasil a contar com duas Bases Aéreas destinadas à defesa aérea, fato que novamente nos faz ressaltar os imperativos geopolíticos e a desconexão que envolve o território sulino e as relações com os países vizinho, entre a cooperação sul-americana e o posicionamento das Bases de Militares.

Da Base Aérea de Santa Maria (BASM) operam o Esquadrão *Poker*¹ e o Esquadrão *Centauro*², ambos equipados com aeronaves *A-1 AMX*, especializados em ataque e reconhecimento, juntamente com o Esquadrão *Pantera*³, equipados com helicópteros *Black Hawk*. Em conjunto com a Base Aérea de Canoas a BASM representa a primeira linha da aviação de caça da Força Aérea Brasileira, responsáveis

¹ 1º Esquadrão do 10º Grupo de Aviação (1º/10º GAv).

² 3º Esquadrão do 10º Grupo de Aviação (3º/10º GAv).

³ 5º Esquadrão do 8º Grupo de Aviação (5º/8º GAv).

diretas pelo controle e defesa do espaço aéreo de toda a Região Sul, como exposto na figura 2.

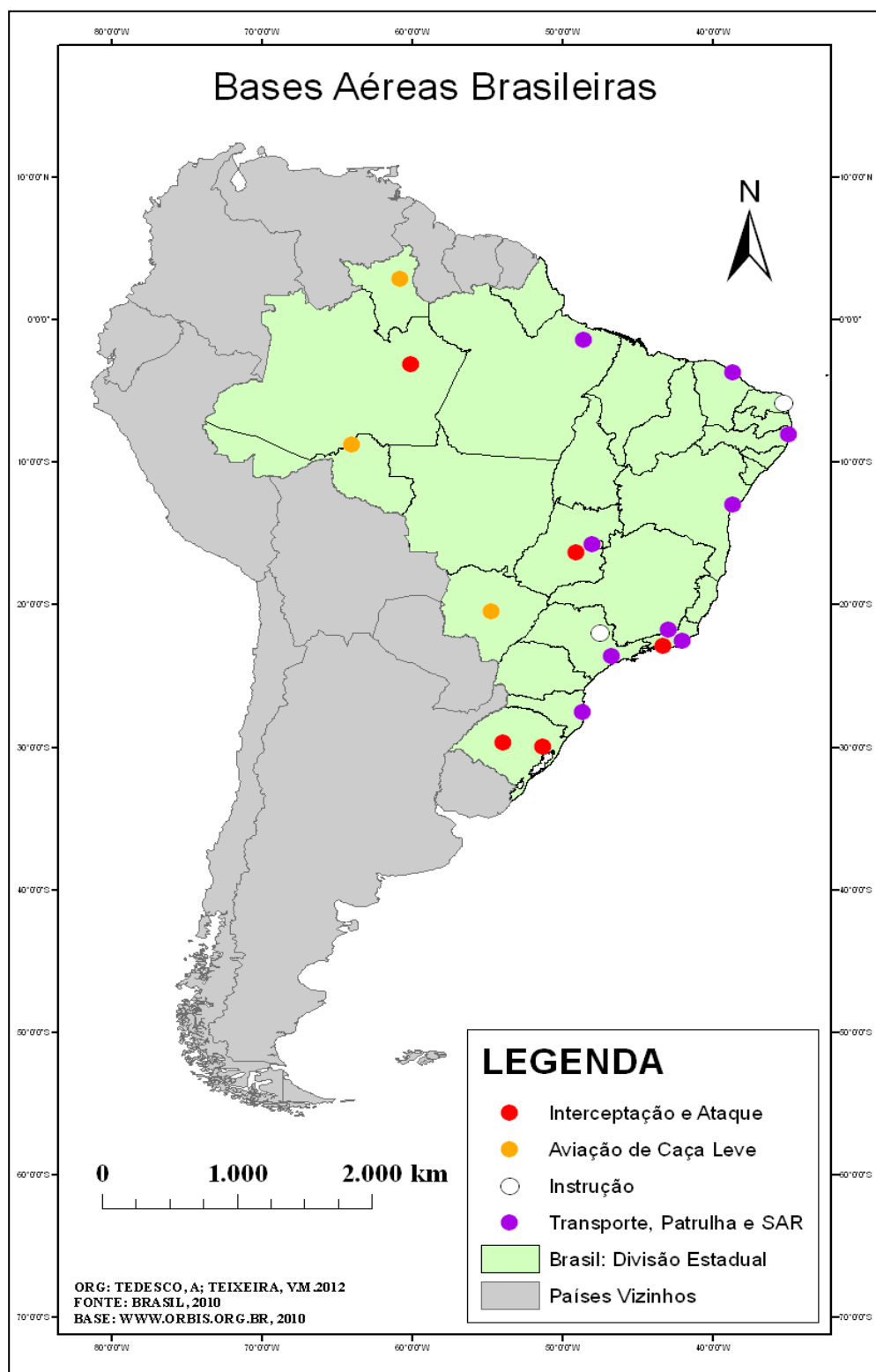


Figura 2: Mapa Bases Aéreas Brasileiras

A soma dos soldos dos militares se faz de extrema importância para a economia da cidade como aponta Machado (2008). Aos militares, somam-se as suas famílias, que muitas vezes estão em Santa Maria transferidos de outras regiões do país para cumprimento de suas atividades. Essas famílias exercem uma pressão positiva na economia local, movimentando aluguéis, vestuário, alimentação e serviços em geral.

As unidades do exército brasileiro estabelecidas em Santa Maria recebem anualmente um orçamento da ordem de duzentos milhões de reais, que permanecem no município, seja através das agências bancárias, seja na economia local. Este valor é próximo do total arrecadado pela prefeitura municipal em 2006. Nesse ano o município de Santa Maria somou uma receita tributária de cento e oitenta e cinco milhões de reais, o que demonstra a importância desse grande efetivo para a economia da cidade, somando-se a ele a base aérea e os servidores da universidade federal. (MACHADO, 2008, p.141)

Concentrando importantes unidades de blindados e sendo responsável pelo treinamento das guarnições destinadas a operar os tanques pesados no país, a presença do Exército em Santa Maria atraiu para o município a empresa alemã Krauss-Maffei-Wegmann (KMW), fabricante do tanque *Leopard* que é operado pelo Brasil.

Essa empresa multinacional é umas das mais importantes fabricantes mundiais de blindados e tem como principal acionista o grupo Siemens, estando envolvida também em projetos e construção de trens de alta velocidade. A unidade da empresa em Santa Maria será o escritório sede da empresa no Brasil e responsável pela representação dos interesses da companhia na América do Sul, com uma planta dedicada à manutenção dos tanques *Leopard IA5* recentemente comprados do exército alemão. Uma das estratégias para a implantação da empresa está no intercâmbio da empresa com os cursos da Universidade Federal de Santa Maria, principalmente os com afinidade ao setor metal-mecânico, buscando formar futuros profissionais para a KMW.

Nesse mesmo sentido, a empresa AEL sistemas, subsidiária brasileira da empresa israelense Elbit Systems instalada em Porto Alegre, fornece suporte a frota de aeronaves da Força Aérea Brasileira e de processos de modernização para os seus caças em operação. Seu posicionamento na capital gaúcha envolve a proximidade com as duas Bases Aéreas do estado, já as aeronaves empregadas em ambas utilizam componentes dessa empresa e são atendidas por *Contract Logistic Support (CLS)*, serviços terceirizados de manutenção.

Observa-se nesse caso o transbordamento das atividades e a influência exercida por uma Base Militar para além dos muros do quartel, gerando a atração de empresas especializadas e aumentando a importância do empreendimento na econômica local, o que nos casos clássicos dos Grandes Projetos de Investimento apontados por Vainer e Araújo (1992), esse “progresso” se restringe ao próprio empreendimento. Esse efeito de *spin-off* é observado em outras Bases Militares que contam com equipamentos que tem sua manutenção provida por CLS`s. Deve-se, no entanto, salientar que isso significa que serviços que antes eram executados pelas Forças Armadas passam agora a ser geridas por empresas de capital privado – internacionais em sua maioria – ficando delas dependentes, o que pode acarretar riscos de embargos em momentos de crise. No documento da Estratégia Nacional de Defesa (END) de 2008 previa-se a concessão de um regime especial para a indústria de defesa⁴, mas que segundo Martins Filho (2009, p.63) “Não se diz, no entanto, quem vigiará os programas de incentivo e que mecanismos serão criados para assegurar que a defesa nacional não se torne argumento para reservas de mercado propiciadoras de lucros e favorecimentos.”

Com relação ao posicionamento espacial na cidade, devido às necessidades operacionais, o Exército ocupa uma grande área em Santa Maria e somente o campo de instrução dedicado ao adestramento com veículos blindados compreende uma área de 5000 hectares. Localizado na região sudoeste do município, o Campo de Instrução de Santa Maria tem o tamanho próximo ao de sua massa urbana, proporcionando uma idéia das dimensões por ele ocupada. Essa área bordeja alguns bairros do município e é um obstáculo à expansão urbana nesse sentido, devendo o Plano Diretor de Santa Maria orientar a urbanização para outra região. A presença do Exército na cidade e a utilização do Campo de Instrução carecem ainda de uma contínua fiscalização para evitar a invasão do Campo por civis, evitando acidentes como os mais adiante descritos.

Já a Base Aérea de Santa Maria atua como pólo de atração para a expansão da área urbana. Se localiza no setor leste, próximo ao Bairro Camobi, a Base construída na década de 1970 junto ao aeroporto da cidade, divide com ele as suas funções e tem grande influência nas atividades do Bairro, onde se encontra também uma Área Residencial destinada ao pessoal da Aeronáutica:

⁴ Recentemente transformado na LEI N° 12.598, de 22 de Março de 2012.

[...] A BASM está formada por um efetivo de 1600 militares e suas famílias cuja parte dos vencimentos são depositados na economia da cidade, sobretudo no comércio, especialmente em Camobi, bairro onde está localizada a base aérea. Conforme depoimento do Comandante da BASM, o efetivo da aeronáutica contribui com cerca de 40 a 45 milhões diretamente no comércio local [...] (MACHADO, 2008, p.141)

O centro da cidade também é ocupado por Organizações Militares, como os edifícios sede da 3^o Divisão do Exército, responsável pelo comando de todas as unidades do oeste do Rio Grande do Sul, o Hospital de Guarnição de Santa Maria, a 3^o Companhia de Comunicações Blindada e o 26^o Pelotão de Polícia do Exército. Nos Bairros adjacentes se localizam várias Áreas Residenciais destinadas ao Exército.

Dessa maneira a presença militar em Santa Maria tem grande influência social, econômica e espacial, compreendendo assim características de um Grande Empreendimento.

Riscos Associados à Atividade Militar e Desativação de Bases

Todo grande empreendimento oferece uma série de riscos, desde sua implantação, passando pela operação e eventualmente a sua desativação. Esses riscos geralmente estão associados ao dano ambiental, exigindo-se uma série de licenças em órgãos responsáveis pela fiscalização para seu devido funcionamento, minimizando assim o impacto, as quais devem ser renovadas de tempos em tempos. Além disso, há questões associadas ao risco humano, variando com relação ao tipo de empreendimento, onde podemos citar o aumento no número de casos de determinada enfermidade; acidentes de trabalho na implantação e/ou operação; risco de contaminação à exposição de substâncias tóxicas e etc.

A operação das Bases Militares, dependendo do tipo de função sob sua responsabilidade, envolve além desses riscos encontrados em outros empreendimentos, riscos que são específicos da atividade militar e que necessitam de medidas de controle e manuseio adequado para não causar danos catastróficos.

Um dos riscos vinculados a atividade militar e que tem sido frequentemente noticiado é a utilização de artefatos explosivos e a sua detonação ocasionado pelo manuseio inadequado desses objetos, assim como o isolamento e paralisação de atividades em locais urbanos para remoção e/ou desativação desse material que oferece

riscos ao entorno. Nos últimos anos, jornais de todo o Brasil reportaram acidentes envolvendo pessoas que se feriram com gravidade, em alguns casos levando ao óbito, ao serem surpreendidas pela detonação do que consideravam um objeto sem perigo. Esses casos invariavelmente ocorreram em cidades onde estão localizadas Bases Militares, as quais realizam treinamento com esses materiais ao longo do ano, visando à operacionalidade e adestramento de seu contingente.

Ao realizar tais operações, em terreno alocado a essa organização militar e com esse fim, o equipamento por hora operado, granadas de bocal, morteiros, obuses e etc., podem vir a apresentar falha, não ocorrendo a detonação conforme o programado, por defeito do equipamento (sua espoleta, prazos de utilização vencidos) ou manuseio incorreto. Esse artefato falhado por vezes não é recuperado e desativado, permanecendo ativo na área do stand de tiro. Explosivos militares têm por característica comum a sua fabricação com explosivos estáveis, como por exemplo, o RDX, que se mantêm ativos por um longo período, estando assim suscetíveis à detonação mesmo nos casos de falha. Não se conhecendo a causa da falha (se da espoleta, não ignição do explosivo etc.) não se pode apreender quando e se esse artefato virá a explodir, portanto sendo um risco o manuseio por pessoas.

Em algumas dessas áreas de treinamento, localizadas com certa proximidade a zonas urbanas, ocorrem invasões do stand de tiro por pessoas com objetivo de recolher materiais reciclados para venda, onde podem ocorrer os acidentes caso se deparem com os materiais não detonados. No município de Formosa – GO, local onde se situa um dos mais importantes campos de provas do Exército, em 2002 homens adentraram o campo de instrução para recolher palha para fabricação de vassouras quando encontraram uma granada de morteiro. A peça foi levada até a residência de um deles e, quando examinavam o estranho objeto, ocorreu a explosão que causou a morte de uma pessoa e ferimentos em outras três. Situações semelhantes a essa foram relatadas em diversas localidades do país na última década, e são facilmente encontradas em uma busca em jornais disponíveis na rede de computadores.

Outros casos que estão ligados ao encontro de artefatos explosivos estão ligados à desativação de campos de instrução utilizados pelas Forças Armadas e que não são completamente limpos desses materiais, sendo posteriormente ocupados por bairros residenciais nas décadas seguintes. Nesse sentido, recentemente foram encontrados

diversos obuses em um bairro residencial da cidade de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul. Em um dos casos, uma família havia localizado um dos obuses quando escavava uma fossa séptica há 15 anos, tendo-o utilizado por todo esse período como peso para segurar o portão e como amassador de latas de alumínio (G1, 2012). A família só tomou conhecimento do perigo que corria quando outra bomba igual fora localizado em um terreno próximo, levando o artefato ao conhecimento das autoridades para recolhimento e desativação. Segundo se apurou o local onde se situa o atual bairro foi utilizado nas décadas de 1950 e 1960 como campo de treinamento do exército, permanecendo ali munições não deflagradas.

O caso mais grave envolvendo a descoberta de artefatos militares não detonados ocorreu em 2010 na cidade de Maragogi, no litoral de Alagoas, quando foram descobertas seis minas marítimas da época da Segunda Guerra Mundial. Algumas minas estavam enterradas em zona urbana, próximas a escolas e edificações e outras na praia da cidade. Tais minas, grandes esferas de ferro recheadas de explosivo para causar danos a embarcações, foram encontradas em escavações da prefeitura para obras na rede de água e esgoto, chegando a ser confundidas com botijas que conteriam moedas antigas, já que as histórias locais contam fatos do tipo (ARAÚJO, 2012). Após constatação por militares de que se tratava de artefatos bélicos, as minas foram retiradas das localidades e transportadas para locais afastados e detonadas. Paira ainda a dúvida sobre a origem desse material, mas sabe-se que durante o conflito mundial havia na cidade um destacamento militar e que segundo alguns pescadores locais as minas teriam sido enterradas em trincheiras, onde hoje, após mais de 70 anos, se localiza a cidade.



Figura 3: Mina encontrada em Maragogi – AL (esquerda) e obus encontrado em bairro residencial de Campo Grande (direita) – MS. Fonte: <http://g1.globo.com/>

A preocupação com a desativação de Bases Militares é também relativa ao seu apoio à economia local, como força motriz do desenvolvimento da localidade onde reside. Nesse aspecto nos faltam dados para serem analisados de casos de cidades onde a presença do Exército deixou de existir, já que nos últimos anos as unidades transferidas para outras cidades provieram de localidades onde existiam duas ou mais Organizações Militares, não extinguindo assim a Base Militar na cidade. Sendo assim nos restam as seguintes perguntas: qual a real capacidade do Exército em transferir suas unidades dentro do território nacional? Há impedimentos para isso? Se sim, com o poder local e regional agindo de forma a barrar uma possível transferência de uma Base para outra localidade, com vistas a não perder uma importante fonte de recursos, estaria assim o Grande Empreendimento se sujeitando a essas esferas de poder, que nos casos clássicos seriam por ele diminuídas como aponta Vainer e Araújo (1992)? E estaria o poder local interferindo na estratégia de defesa nacional? Haja vista a concentração de unidades militares no sul do Brasil e a necessidade de transferência para outras regiões.

Essas perguntas se associam ao recente anuncio da criação de novas Bases Militares na fronteira da região norte com os países vizinhos (MONTEIRO, 2012). Essas novas unidades, em sua maioria Pelotões Especiais de Fronteira, terão um importante papel de vigilância nessa área caracterizada pela ausência de fiscalização. Ao se criar essa nova unidade, sem a desativação e transferência de seus efetivos, o exército irá aumentar o seu contingente operacional e o número de unidades sob sua responsabilidade e conseqüentemente seus gastos com o efetivo e manutenção dessas Bases. A proposta de criação dessas novas unidades na fronteira norte não contempla a

criação de vilas para os familiares dos militares ali lotados, prevendo um sistema de rodízio para o serviço nessas Bases e forçando a permanência da família em centros urbanos, o que mesmo que não seja a intenção e nem mais a política oficial, a criação dessas novas Organizações Militares certamente levará a um impacto regional e a “vivificação da fronteira”.



Figura 4: Localização de novas Organizações Militares na Região Amazônica.

Fonte: <http://www.forte.jor.br/>

Outro fator apontado por Costa (1999) é o êxodo rural promovido pelo recrutamento militar. Segundo esse autor a política atual de recrutamento, ao fazer a retirada do conscrito da zona rural para Tiros de Guerra localizados em cidades, é responsável por parcela significativa desse êxodo, que segundo ele, diminui, inclusive, a capacidade de defesa territorial. Em regiões com grandes distâncias entre as Organizações Militares responsáveis pelo recrutamento, como no norte do país, o deslocamento para cumprir com essa obrigação é mais acentuado. O atual regime de alistamento obrigatório não oferece opções ao cidadão homem, já que o Certificado de Alistamento Militar é item indispensável a todos direitos civis após completar 18 anos.

Os recentes documentos da Política Nacional de Defesa e da END revelam o interesse do Ministério da Defesa da construção de novas Bases Militares e transferência de unidades atualmente em grandes centros para o interior do país. Além do cordão de Bases do Exército na fronteira da região norte, os recentes debates sobre Defesa apontam a criação de uma Base Naval como sede de uma 2ª Esquadra, próximo à foz do Rio Amazonas, mas ainda sem sítio definido.

A Força Aérea deve transferir um esquadrão de caças para Campo Grande, atualmente sediado no Rio de Janeiro, e o 1º Grupo de Transporte de Tropas juntamente com a Brigada de Infantaria Pára-quedista do Exército também sediadas nessa cidade. Essa transferência, se efetivada, será o mais importante movimento de tropas dentro do território nacional em décadas, já que à Brigada se associam diretamente outras 15 organizações militares que seriam trasladadas em conjunto. A nova Base Militar deve ser localizada em Anápolis (GO) ou Palmas (TO) (OTÁVIO, 2010).

Em outras localidades, a criação e ampliação de duas novas Bases Militares pelo Governo Federal enfrentam a oposição de quilombolas. A nova base de submarinos ao lado do Porto de Itaguaí no Rio de Janeiro, onde será construído e operado o submarino nuclear da Marinha, e a ampliação do Centro de Lançamento de Alcântara no Maranhão, onde se realizam os lançamentos de foguetes de grande porte do programa espacial brasileiro, ambos os símbolos do novo modelo de desenvolvimento tecnológico pleiteado pela END, baseados em tecnologia nuclear, espacial e cibernética, enfrentam processos litigiosos com comunidades tradicionais, onde há relatos de deslocamentos compulsórios em favor desses grandes empreendimentos. A Base da Força de Minagem e Varredura da Marinha localizada em Aratu – BA é outra unidade que mantém litígio com moradores quilombolas, em um processo que se arrasta desde a década de 1970. Em todos esses casos os Militares têm agido de forma a negar os direitos desses moradores em nome da Defesa Nacional. Podemos assim assumir uma nova classe de pessoas atingidas por Grandes Projetos de Investimento, que enfrentam problemas similares aos demais que são afetados pela construção de hidrelétricas, Usinas de cana-de-açúcar e empreendimentos urbanos.

Considerações Finais

Os estudos de Grandes Empreendimentos tem se destacado, sobretudo, na análise da implantação de usinas hidrelétricas dos mais variados portes. Esses estudos proporcionam uma excelente visão da magnitude de tais projetos, pautada em avaliações do impacto ambiental, do impacto social e das transformações espaciais. Outros casos de estudo como a implantação de usinas de cana-de-açúcar, grandes empreendimentos urbanos (campus universitários, grandes fábricas, aeroportos e etc.) também merecem destaque. Assim, nossa visão nos impele em extravasar esses objetos de estudo, ampliando sua gama, porém pautado em avaliações semelhantes com relação aos impactos por eles gerados. Dessa maneira o estudo sobre a dinâmica da implantação e desativação das Bases Militares merece nossa atenção, principalmente em um momento em que o assunto Defesa tem vindo à tona com grande frequência, fruto de uma mudança na percepção estatal sobre os investimentos nesse setor e de sua importância para o posicionamento brasileiro nos mecanismos de poder mundial, como o Conselho de Segurança da ONU.

Como observado, as Bases Militares têm impactos semelhantes aos de outros Grandes Empreendimentos. As Bases em geral, promovem deslocamentos humanos; impacto sócio-econômico de âmbito regional; influencia no planejamento urbano; atrai investimentos privados para o seu entorno; cumpre a função de segurança para outros empreendimentos; e têm risco específico associado à sua operação e desativação, como no caso dos explosivos. Dessa maneira, é justificada a sua concepção e estudo como sendo um Grande Empreendimento.

Os documentos escritos durante o governo Lula destacam o interesse do estado em aumentar os investimentos no setor de Defesa, proporcionando seu desenvolvimento e aumentando o poder do aparato militar nacional, inclusive com vistas à capacidade projeção de poder, no intuito assim de transformar o Brasil em um *player* no cenário internacional. Essas novas diretrizes, contidas principalmente no documento da Estratégia Nacional de Defesa, devem orientar as percepções e ações do país para os próximos vinte anos, com investimentos em projetos de alta tecnologia e capacitação profissional.

Os resultados desses projetos, entretanto, têm grande influência nos seus locais de implantação, alterando significativamente a dinâmica social, através de um grande investimento do estado baseado em um projeto geopolítico. Nessa perspectiva, devem

ser postas lado a lado a esses projetos as reflexões aqui apontadas, baseadas nos relatos de alguns casos que certamente merecem um estudo mais aprofundado e de dedicação exclusiva, na qual a visão através do método de estudo de “Grandes Empreendimentos” é uma possibilidade para tal.

Referências

ARAÚJO, Glauco. **Bope detona mina marítima encontrada em obra em Maragogi**. G1. 12 de Maio de 2010. Disponível em: < <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/05/bope-detona-mina-maritima-encontrada-em-obra-em-maragogi.html> >. Acesso em 20 de Março de 2012.

BORTOLETO, E. M. A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discurso e impactos. **Geografares**, Vitória, nº 2, p.53-62, 2001. Disponível em: < <http://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1140/853>>. Acesso em: 08 jan. 2013.

BRASIL. **Lei 12.598**, de 22 de Março de 2012. Publicada no Diário Oficial da União em 23 de Março de 2012.

COSTA, Darc. **Segurança e defesa: uma única visão abaixo do Equador**. 1999. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291999000100006&script=sci_arttext >. Acesso em 25 de Março de 2012.

DEFESANET. **CMS - Gen Bolivar Assume**. 2011. Disponível em: < <http://www.defesanet.com.br/terrestre/noticia/1109/CMS---Gen-Bolivar-assume> >. Acesso em 29 de Março de 2012.

G1. **Família usava bomba como 'ferrinho para segurar porta' há 15 anos em MS**. G1, Rio de Janeiro, 30 de Abril de 2012. Disponível em: < <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2012/04/familia-usava-bomba-como-ferrinho-para-segurar-porta-ha-15-anos-em-ms.html> >. Acesso em 30 de Abril de 2012.

HIGUCHI, Hélio; BASTOS Jr., Paulo Roberto. As Couraças dos Pampas: A Força Blindada no Rio Grande do Sul. **Revista Tecnologia & Defesa**, São Paulo, Ano 26, n.117, p 82-94, 2009.

MACHADO, Márcia Kaipers. **A presença do Exército e da Aeronáutica na organização espacial de Santa Maria - RS**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Maria, 2008. 175 p.

MARTINS FILHO, João R. A Defesa Nacional e o Povo Brasileiro. **Revista Sem Terra** ANO XII, N. 52, Set/Out 2009, p.58-63.

MENDONÇA FILHO, Marajá; ALMEIDA, Maria Geraldo. Quartéis Do Exército Em Goiás: a influência das frentes pioneiras na estrutura de defesa. **Mercartor** – Revista de Geografia da UFC, Ano 04, N.7, 2005 p. 25-34.

MONTEIRO, Tânia. **Pelotões de fronteira vão ser "células de vigilância"**. O Estado de São Paulo, São Paulo, 03 de Jan de 2009. Disponível em: < <http://www.forte.jor.br/tag/pelotoes-de-fronteira/> >. Acesso em 25 de Março de 2012.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil : O território colonial brasileiro no "longo" século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

OTÁVIO, Chico. **Penetramos na disputada Brigada de Infantaria Paraquedista, que terá a sede mudada do Rio para...** . O GLOBO, Rio de Janeiro, 04 de Abril de 2010 Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/rio/penetramos-na-disputada-brigada-de-infantaria-paraquedista-que-tera-sede-mudada-do-rio-para-3030178> >. Acesso em 20 de Março de 2012.

RESDAL. **A Comparative Atlas of Defense in Latin America**: 2008 edition. Buenos Aires, Ser em el 2000, 2008.

VAINER, Carlos B.; ARAÚJO, Frederico G. B. de. **Grandes Projetos Hidrelétricos e Desenvolvimento Regional**. Rio de Janeiro, Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1992.

VESENTINI, José William. **A capital da geopolítica**. São Paulo, ed. Ática, 1996.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Milênio: Um Sistema em Transição**. New Haven: 15/02/2012 (Exibido). Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-news/milenio/platb/tag/immanuel-wallerstein>>. Acesso em 12 de Julho de 2012.

Recebido para publicação em julho de 2012

Aprovado para publicação em janeiro de 2013